



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.259, DE 2013

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos problemas existentes no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e do Programa “Crack, é Possível Vencer”, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, as seguintes informações:

1. Em relação ao “Curso de Aperfeiçoamento em Crack e outras Drogas para profissionais atuantes no Programa de Saúde da Família (PSF) e no Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF)”, previsto no Edital de Chamamento Público nº 1/2012, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Justiça, publicado em 23 de maio de 2012, quantos cursos foram ministrados, por quais instituições, em que localidades e qual o número, o município de origem, o serviço de atuação e a formação profissional dos alunos capacitados?

2. Em relação ao “Curso de Atualização em Atenção Integral aos Usuários de Crack e outras Drogas para profissionais atuantes nos Hospitais Gerais”, previsto no Edital de Chamamento Público nº 1/2012, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Justiça, publicado em 23 de maio de 2012, quantos cursos foram ministrados, por quais instituições, em que localidades e qual o número, o município de origem, o serviço de atuação e a formação profissional dos alunos capacitados?
3. Em relação ao “Curso de Atualização sobre Intervenção Breve e Aconselhamento Motivacional em Crack e outras Drogas para Agentes Comunitários de Saúde e Redutores de Danos, Agentes Sociais e profissionais que atuam nos Consultórios de Rua”, previsto no Edital de Chamamento Público nº 1/2012, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Justiça, publicado em 23 de maio de 2012, quantos cursos foram ministrados, por quais instituições, em que localidades e qual o número, o município de origem, o serviço de atuação e a formação profissional dos alunos capacitados?
4. Em relação ao “Curso de Atualização em Gerenciamento de Casos e Reinserção Social de Usuários de Crack e outras Drogas para profissionais das Redes SUS e SUAS”, previsto no Edital de Chamamento Público nº 1/2012, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Justiça, publicado em 23 de maio de 2012, quantos cursos foram ministrados, por quais instituições, em que localidades e qual o número, o município de origem, o serviço de atuação e a formação profissional dos alunos capacitados?
5. Em relação ao “Curso de Aperfeiçoamento em Crack e outras Drogas para Agentes dos Sistemas Judiciário e Policial e do Ministério Público”, previsto no Edital de Chamamento Público nº 1/2012, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Justiça, publicado em 23 de maio de 2012, quantos cursos foram ministrados, por quais instituições, em que localidades e qual o número, o município de origem, o serviço de atuação e a formação profissional dos alunos capacitados?

6. Em relação ao “Curso de Aperfeiçoamento em Crack e outras Drogas para Profissionais do Poder Judiciário, Ministério Público e entidades que atuam no atendimento/apoio a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, com privação de liberdade”, previsto no Edital de Chamamento Público nº 1/2012, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Justiça, publicado em 23 de maio de 2012, quantos cursos foram ministrados, por quais instituições, em que localidades e qual o número, o município de origem, o serviço de atuação e a formação profissional dos alunos capacitados?
7. Qual o valor total do financiamento concedido aos projetos selecionados e dos repasses federais – recursos orçamentários efetivamente liberados – para cada uma das instituições de ensino superior cujo projeto foi aprovado nos termos do Edital de Chamamento Público nº 1/2012, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Justiça publicado em 23 de maio de 2012?
8. Em relação ao Edital de Chamamento Público nº 1/2012, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), publicado em 5 de novembro de 2012, destinado à *habilitação e pré-qualificação de entidades com vistas à celebração de contrato para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa*:
 - a. Quantas e quais foram as entidades habilitadas e em que municípios atuam?
 - b. Quantas e quais foram as entidades pré-qualificadas e em que municípios atuam?
 - c. Quantas e quais foram as entidades contratadas para a prestação de serviços de acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, e em que municípios atuam?

- d. Qual é o número de vagas para acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, por entidade contratada e por município?
 - e. Qual é o valor dos recursos efetivamente repassados pela prestação dos serviços de acolhimento contratados nos termos do Edital de Chamamento Público nº 1/2012, da Senad, por instituição e por mês?
 - f. Quantas pessoas já utilizaram efetivamente os serviços de acolhimento contratados nos termos do Edital de Chamamento Público nº 1/2012, da Senad, por instituição e por mês?
 - g. Como tem sido realizado o acompanhamento da execução dos referidos contratos pela Senad, pelos conselhos locais de políticas sobre drogas “e/ou por empresa contratada para esse fim” (item 18.1 do Edital)? Quais foram os resultados obtidos?
9. Com relação ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD):
- a. Quais são os convênios firmados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) com entes da federação, e qual o valor dos repasses de recursos federais mediante tais convênios, desde 2004? Qual é o valor total desses convênios, por ano?
 - b. Quantos instrutores e mentores do Proerd foram formados, por ano, em cursos presenciais ou a distância oferecidos pelo Ministério da Justiça?
 - c. Qual o valor dos gastos diretos do Ministério da Justiça com o Proerd, por ano, desde 2004?
 - d. Como é realizada a supervisão pedagógica dos cursos ministrados pelo Proerd nos entes federados?

- e. Qual é a participação do Ministério da Justiça e da Senad na elaboração do conteúdo programático dos cursos ministrados pelo Proerd nos entes federados?
 - f. Qual é a participação do Ministério da Saúde na elaboração do conteúdo programático dos cursos ministrados pelo Proerd nos entes federados?
 - g. Há auditoria para fiscalizar a aplicação dos recursos federais e de outros recursos consignados ao Proerd, inclusive daqueles arrecadados junto aos alunos? Quais os resultados dessas auditorias?
10. Com relação às câmeras de videomonitoramento fixo, bases móveis de videomonitoramento, viaturas – micro-ônibus, carros e motocicletas – adaptadas e outros equipamentos de segurança pública, tais como pistolas de condutividade elétrica e espargidores (spray) de pimenta, que estão sendo disponibilizados aos entes federados que aderirem ao programa “Crack, é possível vencer”:
- a. Qual é o custo, por unidade, de cada tipo de veículo e equipamento? Qual o valor total do investimento?
 - b. Qual é a dotação orçamentária para a distribuição de veículos e “kits” de equipamentos?
 - c. Qual é o critério utilizado para a repartição desses recursos?
 - d. Qual é o cronograma de distribuição desses recursos?
 - e. Quantas viaturas e equipamentos já foram distribuídos pelo Programa e para quais entes da federação?
 - f. Qual é a diretriz do Ministério da Justiça quanto à utilização de “armas de menor potencial ofensivo”, tais como pistolas de condutividade elétrica e espargidores (spray) de pimenta?

- g. É considerado aceitável pelo Ministério da Justiça o uso de “armas de menor potencial ofensivo”, tais como pistolas de condutividade elétrica e espargidores (spray) de pimenta, contra usuários de drogas e dependentes químicos?
- h. Qual é a diretriz do Ministério da Justiça quanto à confidencialidade e à divulgação pública de imagens captadas pelos equipamentos fornecidos no âmbito do programa “Crack, é possível vencer” em cenas de uso de drogas?
- i. Qual é a diretriz do Ministério da Justiça quanto à inviolabilidade da intimidade e da vida privada de usuários de drogas e dependentes químicos?
- j. De que forma os profissionais de segurança pública que atuarão nas bases estão sendo capacitados a atuar de acordo com a filosofia de Polícia Comunitária?
- k. De que forma o Ministério da Justiça fomenta a estratégia de “polícia de proximidade”?

Sala das Sessões,

Senador **AÉCIO NEVES**

(À Mesa para decisão).

Publicado do **DSF** em 30/10/2013